RESUMO

O presente estudo versa sobre a temática preconceito racial. Objetivou-se analisar como os jovens negros percebem a violência a qual estão expostos. Participaram do estudo quatro jovens negros que residiam em Cajazeiras, interior da Paraíba. Recorreu-se a entrevista semiestruturada, realizada individualmente. Os dados obtidos por meio das entrevistas foram analisados por meio da análise de conteúdo, a partir da técnica de análise temática. Os dados empíricos revelaram que os jovens consideram que: foram vítimas de violência física na abordagem policial, violência psicológica e acusação de crime; essas vivências foram marcadas pelo sofrimento; o fato de serem negros, morarem na periferia e serem pobre os torna mais vulneráveis à violência. Considera-se necessário estratégias que contribuam para transformar socialmente essa realidade que tem impactado negativamente na vida desses jovens.

Palavras-chave: Jovens. Negros. Periferia. Violência.

ABSTRACT

The present study investigates the racial prejudice theme. The objective was to analyze how young black people perceive the violence to which they are exposed. Four young black people living in Cajazeiras, Paraíba's countryside, were interviewed in this study. Semi-structured interviews individually performed were used. The data obtained from the interviews were analyzed through content analysis, using the thematic analysis technique. The empirical data revealed that the young people considered that: they were victims of physical violence in the police approach, psychological violence and crime accusation; these experiences were marked by suffering; the fact that they are black, poor and live in the periphery make them more vulnerable to violence. Strategies that contribute to social transformation of this reality that has negatively affected the lives of these young people are necessary.

Keywords: Youth. Black. Periphery. Violence.
INTRODUÇÃO

A composição “Todo camburão tem um pouco de navio negro”¹ apresenta-se como uma denúncia sobre os preconceitos raciais, o descaso e abandono, na medida em que retrata a condição de sujeitos negros no Brasil como alvo de preconceitos e violência policial. No entanto, nos últimos anos, alguns segmentos da sociedade brasileira têm defendido a tese da democracia racial. Seria essa questão racial denunciada por Yuka² um problema superado? Buscou-se, no presente artigo, analisar como os jovens negros percebem a violência a qual estão expostos. No presente estudo será considerado jovem aquele ou aquela com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, tomando como base a definição de juventude do Estatuto da Juventude em seu Art. 1º.

Diferentes estudos evidenciam expressivo crescimento da violência, especialmente a letal, entre os estados do nordeste brasileiro³,⁴,⁵,⁶. De acordo com tais estudos, nesse quarto os jovens negros ganham destaque. Essa parcela da população brasileira faz parte de um segmento social que, apesar de ser maioria, trabalham em atividades menos valorizadas, recebem menores salários e vivem em condições, muitas vezes, indignas de vida⁷,⁸. Tais autores crescentam que diferenças de oportunidade e racismo aprofundaram a desigualdade social brasileira entre brancos e negros.

A violência, conforme sinalizado anteriormente, afeta principalmente os jovens negros e negras, pobres e moradores de periferia. Dessa forma considera-se que o preconceito racial produz a desigualdade social, pela forma como incide sobre as realidades precárias de territórios subalternizados. Configura-se como uma ameaça permanente à existência do jovem negro de periferia. Como chama atenção Sawaia⁹ tal realidade cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação.

A violência se disseminou a tal ponto que se naturalizou, banalizou-se, passando a ser elemento comum no cotidiano das populações negras de baixa renda¹⁰,¹¹. Diante desse contexto faz-se presente o abuso de autoridade por parte de membros da justiça e do aparato policial, o que também deriva de um sistema de preconceitos contra os negros. Percebe-se que a violência racial, historicamente presente na realidade brasileira trouxe e traz, ainda nos dias de hoje, consequências profundas para os negros.

Trata-se de uma questão complexa que tem raízes históricas e perpassada por conflitos de poder entre grupos assimétricos. Como destacam Ferreira e Camargo¹² o preconceito racial, no Brasil, foi historicamente construído a partir da interação entre dois grupos: o colonizador europeu que assumiu uma concepção de mundo considerada superior e que, em decorrência, estigmatizou outros grupos, nesse caso, os não brancos, caracterizando-os como de qualidade inferior, crença que passou a ter a função de dificultar a dominação sobre eles. (p. 376).

Diante desse contexto foi difundida associações da pessoa negra com qualidades desvalorizadas em nossa sociedade. Tal estereótipo pode repercutir na identidade de todos os segmentos da população negra, na medida em que este podem internalizar valores vistos socialmente como negativos e alimentada por atitudes de menos valia em relação a si próprio. A realidade dos jovens negros tem sido alvo de diferentes estudos.

Luz Roa¹³, por meio de pesquisa etnográfica, realizado com jovens produtores de erva-mate (tareferos), residentes nos bairros periféricos das cidades de Oberá e Montecarlo (Argentina), identificou constituição de subjetividades estigmatizadas, sujeitos que resistem a identificarem-se como negros. Picanço¹⁴ analisou, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em que medida a expansão do acesso à educação nos diversos níveis, alterou a desigualdade de chances dos jovens (18 a 29 anos) brancos e negros, com maior e menor renda no acesso ao ensino superior no Brasil. Identificaram que jovens negros acumulam desvantagens com a discriminação racial, resultando em menos recursos para competição.

Benício et al.¹⁵ analisaram a problemática dos homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, capital do estado do Ceará, localizado no nordeste do Brasil. Tal objeto foi analisado tanto a partir da perspectiva de adolescentes e jovens, quanto dos profissionais de políticas sociais que trabalham com tais segmentos. Tais autores identificaram a eleição dos homicídios decorrente do fortalecimento de facções e de suas disputas territoriais, da política do encarceramento em massa e investimentos equivocados em políticas de segurança pública.

Rizzini e Limongi¹⁶ também exemplificam as percepções dos jovens sobre a violência, por meio de estudos em uma favela de Niterói - RJ, sobretudo após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Soares e Ribeiro¹⁷, por meio de pesquisa bibliográfica, identificaram que os jovens negros e pobres são os mais suscetíveis à rótulo de criminoso pelas polícias e pelo Poder Judiciário. Segundo os autores tal questão reforça desigualdades sociais e bloqueia o desenvolvimento da democracia, na medida em que o sistema de justiça criminal produz o criminoso de forma seletiva.

Gomes e Laborne¹⁸ e Sinhetto e Morais¹⁹ apresentam dados estatísticos sobre homicídios da juventude negra. Gomes e Laborne¹⁸ interpretam esses dados à luz das discussões sobre a branquitude e racismo. Tais autores compreendem a violência como um fenômeno multicausal e discutem o racismo como a macrocausa dessa situação. Destacam o protagonismo da juventude negra na denúncia da situação de violência por ela vivida, indo além da ideia de exterminio e politizando-a como genocídio.

Percebe-se que a questão da violência e como a mesma impacta mais fortemente nos jovens negros não é um tema novo, tampouco pouco explorado. No entanto é uma problemática que persiste e continua vitimizando muitos jovens, destaca-se, também, o fato de poucos estudos terem contemplado as especificidades do estado da Paraíba, principalmente de municípios do interior, como é o caso de Cajazeiras – PB. Diante da necessidade de contemplar as especificidades do interior do Paraíba, propõe-se o presente estudo que contempla a dimensão subjetiva da questão racial. Pois buscou-se dar visibilidade e voz aos jovens negros dos bairros periféricos, convidando-os a problematizar uma violência cotidiana da qual estão sujeitos.

Recorreu-se, como suporte teórico para o presente estudo, à Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski²⁰. O autor em
questão parte do entendimento de que subjetividade não pode ser analisada desconsiderando-se a realidade objetiva, uma vez que a realidade concreta na qual o sujeito está inserido, condições históricas, políticas e culturais diferentes produzem transformações não só na representação da realidade que o cerca, mas também na sua interioridade. Sobre essa relação externa e interna, social e individual, Vigotski\textsuperscript{20} considera que a internalização das formas culturais dos comportamentos envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com signos. Dessa forma, estabelecemos relações com os outros no momento em que assumirmos papéis diante de alguém, enquanto esse alguém vai assumindo papéis diante de nós. Vale destacar que a relação social humana é constituída historicamente, mediante lutas sociais e relações de poder, e de modo indissociável, culturalmente.

**MÉTODO**

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, com caráter descritivo e realizado por meio de uma pesquisa de campo.

**Contexto e participantes**

Participaram do estudo quatro jovens, tanto do sexo masculino, quanto feminino. Os mesmos se declararam negros e residiam, há pelo menos um ano em Cajazeiras, localizada no alto sertão paraibano, nordeste do Brasil. A quantidade de participantes no estudo foi estabelecida por meio do critério de saturação dos dados.

**Instrumentos e procedimento de coleta de dados**

Recorreu-se à entrevista semiestruturada, realizada individualmente. As questões norteadoras da pesquisa versaram sobre: concepção de violência, vivências de violência, variáveis que interferem na violência sofrida e questão racial no Brasil. Previamente ao início da coleta de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da FSM. Mediante parecer favorável (CAAE: 59818516.3.0000.5180) o primeiro participante do estudo foi escolhido por critério de conveniência e os demais jovens foram abordados por meio da técnica de amostragem do tipo Bola de Neve, dessa forma, um participante ia indicando outro para participar do estudo.

Após apresentação dos objetivos da pesquisa os jovens foram convidados a participar do estudo, condicionado a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorização para gravar as entrevistas.

**Análise de dados**

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, mais especificadamente por meio da técnica de análise temática\textsuperscript{21}. Recorreu-se à técnica de validação por dois juízes ambos previamente treinados para tal. Dessa forma, dois pesquisadores com experiência em análise de dados qualitativos, auxiliaram na análise dos dados oriundos das entrevistas. Com as entrevistas transcritas fielmente às falas dos entrevistados, procedeu-se a uma leitura fluente de todo o material transcrito e impresso, para se ter uma ideia do conteúdo como um todo das falas dos sujeitos. Posteriormente foi realizada a tabulação, que consistiu numa agregação das temáticas semelhantes. A partir das temáticas **Violência Sofrida**, **Vivências de Violência** e **Variáveis que interferem na violência sofrida** foi realizada uma codificação, transformação dos dados brutos das entrevistas dos participantes, em categorias representativas das falas dos jovens negros, esclarecendo-se o analista acerca das características do texto. Da codificação emergiram as categorias representativas dos núcleos de sentido. As categorias estão apresentadas e discutidas, seguindo-se a ordem das mais representativas às menos representativas.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dos quatro jovens negros que participaram do estudo, três identificaram-se como homem e uma mulher. A idade dos jovens variou entre 20 e 25 anos. No que se refere à ocupação, um era autônomo e trabalhava com artesanato, um estouquista de loja de móveis, e dois outros estudantes universitários e não exerciam atividade remunerada.

As categorias semânticas que emergiram nas falas dos participantes do estudo a partir do tema **Violência Sofrida**, foram: violência física na abordagem policial, violência psicológica e acusação de crime. No que se refere à temática **Vivências de violência**, fez-se presente a categoria **Sofrimento**. Já a temática **Variáveis que interferem na violência sofrida**, foi composta pelas categorias cor da pele, lugar de moradia e classe social.

**Vivências de violência**

Quando os participantes do estudo foram questionados acerca do fato de já terem sofrido algum tipo de violência, a partir dos dados empíricos emergiram as categorias violência física na abordagem policial, violência psicológica, e acusação de crime. A categoria violência física na abordagem policial revelam a partir da fala dos participantes do estudo, tratamento de ameaça, intimidação, coação e agressão física. Já a categoria violência psicológica denota vivências de tratamentos jocosos e humilhantes por meio de discriminação racial. A categoria acusação de crime evidencia uma violência decorrente da rotulação do jovem negro como “bandido” acusado socialmente pela cor da pele e incriminados por sociedade. Os relatos abaixo deixam claro como essas questões são percebidas pelos participantes do estudo.

**SOFRIMENTO**

Nas abordagens policiais já apanhei umas duas vezes já, já teve até de chegar com uma metralhadora na cabeça da gente. Eu fiquei sem entender nada .... os policiais chegaram com maior ignorância lá .... até hoje eu fico com aquele receio de a qualquer momento você sair na rua. Não é nem o medo de você ser assaltado, mas é o medo de ser abordado (pela polícia) **(Jovem, homem, 25 anos)**

De ser chamado de macaco ou coisa do tipo, desde o ensino médio a gente já vem desse processo, de sofrer violência, de ser negligenciado, de sofrer piada, de você ser taxado de algo assim na rua **(Jovem, homem, 22 anos)**
Os dados empíricos revelam que essa violência faz parte do cotidiano dos jovens negros. No que se refere à atuação policial há um agravante tanto pelo fato de ter sido a categoria predominante, quanto por serem representantes do Estado. Os dados empíricos evidenciam perfil racial das ações policiais, que faz com que os jovens negros sejam mais abordados por policiais e recebam um tratamento mais ostensivo. O que corroborava os estudos de Benicio et al.22 e Soares e Ribeiro17 na medida em que destacaram o controle social realizado pelos policiais que discriminam indivíduos pobres e negros, construindo e reificando o estereótipo do criminoso. O que também foi identificado por Sihoreto23, uma vez que tal autor constatou que os indivíduos abordados pela polícia são, preferencialmente, do sexo masculino, pretos e pardos, jovens e com pouca instrução.

Tal autor acrescenta que o trabalho policial leva ao aumento de pessoas encarceradas provisoriamente e à superlotação das penitenciárias de sujeitos com o mesmo perfil: homens pretos e pobres23. Como destaca Flores24, o tratamento dispensado a estes sujeitos é quase sempre agressivo e violento. Pelo simples fato de serem negros, jovens e pobres, muitas vezes são vítimas do racismo por parte da polícia, cujo treinamento em sua essência possibilita inferir que as ações de repressão policiais podem ser voltadas também à limpeza social, retirando de circulação os ditos indesejáveis sociais24.

A categoria violência psicológica denota que os participantes do estudo foram vítimas de discriminação racial desde tenra idade. Segundo Schraiber25 violência psicológica é aquela que causa dano à autoestima, à identidade do sujeito. Esse tipo de violência desqualifica tais sujeitos, na medida em que os mesmos sofrem em seu cotidiano insulitos, xingamentos e humilhações. O que também foi identificado por Roa13. Esse sofrimento das vítimas decorrente do preconceito racial é humilhante.

A categoria acusação de crime, revela que o jovem negro cresce com estigma, o que faz com que o mesmo, independente de cometer ou não algum crime, seja visto como suspeito. Coimbra21 destaca que, desde o final do século XIX, as elites brasileiras construíram a noção da periculosidade com base na concepção de que alguns sujeitos, por serem pobres negros, moradores da periferia, poderiam desenvolver atos perigosos e entrar para a criminalidade. Tais situações de discriminação produzem forte impacto emocional, como sinalizado anteriormente. São processos construídos social e historicamente, não são naturais dos seres humanos. É fruto das relações constituídas em nossa sociedade por negros e brancos, uma violência dos brancos que causa sofrimento nos negros2. Conforme será discutido melhor na próxima temática.

Quando os participantes do estudo foram questionados acerca do como tinham se sentido ao vivenciar a violência que sofreram, a partir das falas emergiu a categoria sofrimento. Tal categoria revelaram sentimentos ambíguos de impotência e revolta, abalo emocional que confunde a ponto de silenciar o sujeito. Os depoimentos apresentados abaixo demonstram como essa questão é percebida pelos participantes do estudo:

Eu não sabia se eu chorava, se eu me silenciava ou saía dali. Eu fiquei com o emocional muito abalado, e passei uns dias refletindo sobre isso. (Jovem, homem, 25 anos)

Você tem vontade de agredir a pessoa e ao mesmo tempo você não tem, você não tem o que responder. (Jovem, homem, 20 anos)

Pior que um murro... A gente se sente destruído mesmo, fica pensando o porquê que você passa aquilo... e nem uma resposta vem. (Jovem, homem, 22 anos)

Eu fiquei mal, tão mal que na hora eu não tive nenhuma resposta... para dizer a ela. (Jovem, mulher, 24 anos)

Os dados empíricos revelam uma dor que surge da situação de ser tratado como inferior, subaltern. Essas experiências traumáticas de discriminação racial vivenciadas desde cede, também foram identificadas por outros estudos (13, 2, 15). Tal situação, como destaca Sawaia9, revela a tonalidade ética da vivência cotidiana, da negação imposta socialmente às possibilidades a uma parcela da população de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto, o que gera uma dor decorrente do desvalor, da deslegitimidade social. Considera-se que esse sofrimento dos jovens pobres e negros da periferia é uma dor social, gerada pela desigualdade social. Trata-se de um sofrimento ético-político gestado em condições sociais e históricas específicas, que se transmuta em experiência emocional subjetiva concreta20.

Considera-se, portanto, que esse sofrimento não tem sua génese nos jovens negros, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente. Como destaca Vigotsk27 emoção e o sentimento não são entidades absolutas ou lógicas do nosso psiquismo, mas significados radicados no viver cotidiano, que afetam nosso sistema psicológico pela mediação das intersubjetividades.

**Variáveis que interferem na violência sofrida**

Por meio dos depoimentos dos participantes do estudo acerca da temática **Variáveis que interferem na violência sofrida** emergiram as categorias cor da pele, lugar de moradia e classe social. Por meio das entrevistas, percebe-se que na perspectiva dos jovens negros que participaram do estudo, a cor da pele tem relevo maior no fato de sofrerem algum tipo de violência, principalmente a violência policial. A cor da pele, na perspectiva dos participantes do estudo, associa-se a condição de morar em bairro considerado periférico, e com o fato de serem sujeitos pobres, o que os coloca numa condição de maior vulnerabilidade à violência. Os trechos das entrevistas abaixo demonstram como essa questão é percebida pelos participantes do estudo:

O que você está mexendo na minha bolsa? Eu disse, senhora eu não estou mexendo na sua bolsa, estou mexendo na minha bolsa, ela “não, eu vi você metendo a mão na minha bolsa” (Jovem, mulher, 24 anos)
Eu vi que ali o que falava mais era minha cor... o povo que mora em periférica tá [sic] correndo mais esse risco, de passar por isso, pela questão da violência... queira ou não a gente que vem de bairro mais carente e por ser negro tá [sic] correndo mais esse risco (Jovem, homem, 25 anos)

A classe social influencia, só que a cor é mais preponderante que a classe social... se for uma pessoa branca de classe média que esteja bem vestida eles (referindo-se aos policiais) não têm coragem de chegar, de botar na parede, de revistar (Jovem, homem, 20 anos)

Quando eu digo onde moro, as pessoas dizem, não basta ser pobre e negra, ainda precisava morar no lugar onde mora (Jovem, mulher, 24 anos)

Por meio dos dados empíricos percebe-se humilhações, discriminações sofridas pelos participantes do estudo pelo fato de serem negros, pobres e moradores da periferia. Sobre esse processo de estigmatização de periferias e criminalização de sujeitos considerados subalternos, por serem negros e pobres, Benício et al. destacam o papel da mídia, por meio de programas policiais que influencia no processo de reconhecimento desses jovens negros como alóges da violência, potencializando uma adesão subjetiva à barbárie, e fazendo com que sejam alvos das forças militarizadas de segurança. Como destacam Barros e colaboradores, as atuais dinâmicas da violência urbana têm como um de seus efeitos a produção de “subjetividades acuadas”, agenciadas por medos. São processos e práticas de desumanização, coisificação e indignificação das existências dos povos negros. Desumaniza-se certas existências, desabilitando-as socialmente.

Esses acontecimentos sociais são problemáticos nos círculos que impactam diretamente na constituição dos sujeitos que vivenciam e sentem na pele as mazelas da exclusão social. Vigotski destaca a categoria teórica vivência como uma unidade de elementos do meio e de elementos da personalidade. Sobre essa questão Toassa acrescenta que as vivências não são simples atos de interpretação, é relação da consciência-mundo, constituindo-se da unidade desses dois pólos. Trata-se de um “prisma” que refrata aspectos parciais/totaís do meio.

Tais achados desmontam o mito de democracia racial no Brasil, já que “da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso”. O Atlas da Violência de 2018 ilustra a desigualdade racial no Brasil, atestando a concentração de homicídios na população negra. Os dados apresentados em tal documento evidenciam que, no período entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1% e a de não negros teve uma queda de 6,8%.

Considera-se que os dados empíricos acessados por meio das entrevistas e as evidências identificadas na literatura pertinente deixam claro que não se pode negar a existência de uma problemática ainda a ser superada. A defesa da tese de democracia racial, portanto, não tem fundamentos. Identifica-se um racismo que é estrutural, que desabilita alguns segmentos da população, cerceando a experiências dos jovens negros, sua mobilidade, impondo diferentes formas de humilhação. Em decorrência desse tratamento injusto, os jovens negros das periferias vivenciam uma dor que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno.

Não se trata aqui de culpabilizar a polícia e minimizar o impacto das desigualdades sociais na vida dos jovens negros da periferia, mas chamar atenção justamente para a responsabilidade do Estado frente a tal problemática. Analises envolvendo outros atores sociais, como policiais, gestores e profissionais de políticas sociais que lidam com os jovens negros da periferia poderiam fornecer dados mais precisos acerca do objeto de estudo em questão. Tal limitação do estudo soma-se ao fato de este debruçar-se sobre uma realidade específica, o interior da Paraíba. Assim, sugere-se que pesquisas futuras contemplam esses aspectos e se adotem outras metodologias, de forma a se verificar o poder de generalização das constatações apresentadas no presente estudo.

CONCLUSÃO

Por meio dos dados acessados a partir das entrevistas identificou-se que os jovens participantes do estudo consideram que, pelo fato de serem negros, pobres e moradores da periferia, são vítimas de diferentes tipos de violência, com destaque para a violência nas abordagens policiais e violência psicológica. Tal real impacta na vida desses jovens causando sofrimento, pois as situações vividas diariamente nas relações interpessoais, marcadas pela violência policial, humilhações, sofrimento, por serem negros e pobres afeta diretamente os jovens que participaram do presente estudo. A passagem do social ao psicológico é um processo dialético, e tais vivências dão-se mediadas por mecanismos que oprimem e desumanizam tais sujeitos.

Diante dos achados do presente estudo considera-se necessário não apenas entender este sofrimento e contemplá-lo, mas dar visibilidade ao mesmo para que ele ganhe um caráter científico, ao ponto de sermos capazes de impulsionar estratégias que contribuam para transformar socialmente essa realidade. Considera-se, dessa forma, ser papel da academia, ter como foco as condições de vida dos jovens negros e pobres das periferias, por meio de uma atuação e produção de conhecimento atenta à pobreza e ao racismo estrutural que impacta diretamente na vida desses sujeitos. De forma a efetivamente promovermos alterações nessas injustas realidades, contribuindo para uma transformação estrutural da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

1. Yuka M. Todo camburão tem um pouco de navio negreiro. Rio de Janeiro: Sony, Disco Sonoro. 1994.
2. Barros JPP, Paiva LFS, Rodrigues JS, Silva DB, Leonardo C. S. “Pacificação” nas periferias: Discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. Revista de...
Psicologia. 2018; 9(1): 117-128. Disponível em:
www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/30781

3. Borges D, Cano I. Índice de homicídios na adolescência: IHA 2014. Rio de Janeiro, RJ: Observatório de Favelas. 2017.

4. Cerequeira D, Lima RS, Bueno S, Neme C, Ferreira H, Coelho D. Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro-RJ: IPEA. 2018.

5. Ribeiro E, Cano I. Vítimização letal e desigualdade no Brasil: Evidências em nível municipal. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 2016; 16(2): 285-305. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23066, acessos em 04 jul. 2019. Doi: http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23066.

6. Waiselfisz JJ. Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília-DF: Flacso. 2016.

7. Bock AMB, Furtado O, Teixeira MLT. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva. 2018.

8. Soares FC, Ribeiro LML. Rotulação e seletividade policial: óbices à institucionalização da democracia no Brasil. Estud. hist. (Rio J.). 2018; 31(63): 89-108. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/eh/v31n63/2178-1494-eh-31-63-89.pdf, acessos em 04 jul. 2019. Doi: http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942018000100006

9. Sawaia B. As artimanhas da exclusão. Petrópolis-RJ: Vozes. 2004.

10. Castro MG, Abramovay M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. Cadernos de Pesquisa. 2002; 116: 143-176. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/560/559

11. Ribeiro E, Cano I. Vítimização letal e desigualdade no Brasil: Evidências em nível municipal. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 2016;16(2): 285-305. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23066, acessos em 26 jun. 2019. Doi: http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23066

12. Ferreira RF, Camargo AC. As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra. Psicologia: Ciência e Profissão. 2011; 31 (2): 374-389. Doi: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-89932011000200013

13. Luz Roa M. Injúria y Subjetividad: La constitución de subjetividades juveniles en los barrios periféricos de Misiones. Trab. soc. [online]. 2018; 30: 307-329. Disponível em: www.scielo.org.ar/pdf/tns/r30/n30a16.pdf

14. Picanço F. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?. Rev. bras. Ci. Soc. 2015; 30(88): 145-181. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n88/0102-6909-rbcsoc-
30-88-0145.pdf acessos em 26 jun. 2019. Doi: http://dx.doi.org/10.17666/3088145-179/2015.

15. Benicio LFS et al. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. Psicologia: ciência profissão, 2018; 38(spe2): 192-207. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ppc/v38nsp2/1982-3703-ppc-38-spe2-0192.pdf, acessos em 26 jun. 2019. Doi: http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000212908.

16. Rizzini I. Limongi NS. Percepções sobre violência no cotidiano dos jovens. Rev. katálisis [online], 2016; 19(1): 33-42. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/kat2/v19n1/1414-4980-rk-19-01-00033.pdf, acessos em 26 jun. 2019. Doi: http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.00100004.

17. Soares FC, Ribeiro LML. Rotulação e seletividade policial: óbices à institucionalização da democracia no Brasil. Estud. hist. (Rio J.). 2018; 31(63): 89-108. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/eh/v31n63/2178-1494-eh-31-63-89.pdf, acessos em 26 jun. 2019. Doi: http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942018000100006

18. Gomes NL, Laborne, AAP. Pedagogia da crueldade: racismo e exterminio da juventude negra. Educ. rev. [online]. 2018; 34(e197406): 1-26. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/19823703-edur-34-e197406.pdf, acessos em 26 jun. 2019. Doi: http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698197406.

19. Sinhoretto J. Seletividade penal e acesso à justiça. In: Lima, RS; Ratton, JL; Azevedo, RG (Org.). Crime, segurança e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto. 2014.

20. Vigotski LS. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes. (Texto original de 1934). 2001.

21. Bardin L. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977). 2010.

22. Benicio LFS et al. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. Psicologia: ciência profissão, 2018; 38(spe2): 192-207. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ppc/v38nsp2/1982-3703-ppc-38-spe2-0192.pdf, acessos em 26 jun. 2019. Doi: http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000212908.

23. Sinhoretto J. Seletividade penal e acesso à justiça. In: Lima, RS; Ratton, JL; Azevedo, RG (Org.). Crime, segurança e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto. 2014.

24. Flores T. Cenas de um genocídio: homicídios de jovens negros no Brasil e a ação de representantes do Estado. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania). Universidade de Brasília-Brasilia. 2017.
25. Schraiber LB et al. Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP. 2005.

26. Sawaia BB, Silva DNH. A subjetividade Revolucionária: questões psicossociais em contexto de desigualdade social. In: Toassa, G; Souza, TMC; Rodrigues, DJS. Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis, Goiânia: Editora da Imprensa Universitária. 2019.

27. Vigotski LS. A questão do meio na pedologia. Psicologia USP. 2010; 21(4). (Texto original publicado em 1935). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pusp/v21n4/v21n4a05.pdf  Doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642010000400005.

28. Mbembe A. Políticas da inimizade. Lisboa: Antigona. 2017.

29. Toassa G. Uma definição indefinida: as contribuições recentes ao conceito de vivencia na psicologia vigotskiana. In: Toassa, G; Souza, TMC; Rodrigues, DJS. Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis, Goiânia: Editora da Imprensa Universitária. 2019.

30. Nascimento A. O genocídio do negro brasileiro: Processos de um racismo mascarado (2a ed.). São Paulo-SP: Perspectiva. 2017.

DOI: 10.19095/rec.v8i1.797